



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ CARLOS DO AMARAL JUNIOR

**ESTUDO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS UMA
COOPERATIVA DE CRÉDITO NO PARANÁ**

CURITIBA

2019

LUIZ CARLOS DO AMARAL JUNIOR

**ESTUDO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS DE
UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO NO PARANÁ**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Controladoria.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto.

CURITIBA

2019

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar um estudo sobre a caracterização da análise de eficiência econômico-financeira de uma cooperativa de crédito filiada à Central Sicredi, bem como as ações adotadas por ela como forma de desenvolvimento. A Cooperativa analisada demonstrou aumento em seus recursos, através do aumento do ativo circulante, e um aumento proporcional no passivo circulante, mantendo a liquidez com um crescimento consistente. Isso demonstra um bom planejamento dos recursos e crescimento na captação financeira de associados. Como é uma instituição financeira seu “produto” é o dinheiro propriamente dito, e os indicadores apontam que os mesmos estão sendo “vendidos” e não há disponibilidade imediata, além da cooperativa ter boa Margem Líquida em seu segmento de atividade.

Palavras-Chave: Cooperativas de Crédito, Indicadores Econômicos. Indicadores Financeiros.

ABSTRACT

This report intends to conduct a study on the characterization of the economic and financial efficiency analysis of a credit union affiliated with Central Sicredi, as well as the actions taken by it as a form of development. The analyzed Cooperative demonstrated an increase in its resources through an increase in current assets and a proportional increase in current liabilities, maintaining liquidity with a consistent growth. This demonstrates good resource planning and growth in member funding. As it is a financial institution its "product" is the money itself, and the indicators indicate that they are being "sold" and there is no immediate availability, besides the cooperative having good Net Margin in its segment of activity.

Key words: Credit Union, Economic Indicators, Financial Indicators

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – MARKET SHARE	10
TABELA 02 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA.....	25
TABELA 03 – RELAÇÃO ENTRE LIQUIDEZ CORRENTE E CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	25
TABELA 04 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.....	26
TABELA 05 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA.....	26
TABELA 06 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL.....	26
TABELA 07 – CÁLCULO DE PARTICIPAÇÃO CAPITAL DE TERCEIROS	28
TABELA 08 – CÁLCULO DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	28
TABELA 09 – CÁLCULO DE IMOBILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
TABELA 10 – CÁLCULO IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES ..	28
TABELA 11 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE RENTABILIDADE	31
TABELA 12 – CÁLCULO DE LUCRATIVIDADE	31
TABELA 13 – CÁLCULO DE GIRO DE ATIVO	31
TABELA 14 – CÁLCULO DE RETORNO SOBRE VENDA OU MARGEM LÍQUIDA	31
TABELA 15 – CÁLCULO DO RETORNO SOBRE O ATIVO (ROA)	32
TABELA 16 – CÁLCULO DO RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)	33

LISTA DE GRAFICOS

GRÁFICO 01 – GRÁFICO PARA ANÁLISE GERAL DA LIQUIDEZ	27
GRÁFICO 02 – GRÁFICO GERAL DO ENDIVIDAMENTO.....	29
GRÁFICO 03 – GRÁFICO GERAL DO ENDIVIDAMENTO.....	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.2	OBJETIVO GERAL	9
1.3	OBJETIVO ESPECÍFICOS.....	9
1.4	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	9
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	11
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1	HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO: ORIGEM E DEFINIÇÃO	12
2.3	EFICIÊNCIA e SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS	16
2.5	O SISTEMA SICREDI E A COOPERATIVA CAMPOS GERAIS – BREVE HISTÓRICO	18
2.6	INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	19
2.6.1	Indicadores de Liquidez.....	20
2.6.2	Indicadores de endividamento.....	21
2.6.3	Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade.....	22
2.6.4	Necessidade de Capital de Giro (NCG).....	23
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	24
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	25
4.1	ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é verificar de que forma é observado o desenvolvimento econômico e financeiro de uma cooperativa de crédito filiada à Central Sicredi PR/SP/RJ e como esta trabalha dando apoio àquelas para assegurar seus objetivos traçados. Entende-se por desenvolvimento econômico e financeiro toda análise realizada na qual são abordados números e projeções acerca do posicionamento da empresa ao longo dos anos.

O motivo pelo qual se deve realizar um estudo como este é a possibilidade de visualizar, através de números, o real crescimento sobre o investimento realizado e assim decidir se as premissas são interessantes ou não, levando adiante o planejamento estratégico.

De acordo com CPC 26 as demonstrações contábeis proporcionam informações quanto à posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a um número de usuários em suas considerações e tomada de decisões econômicas.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar como desenvolvimento econômico e financeiro da cooperativa de crédito Campos Gerais filiada à Cooperativa Central do Sistema Sicredi buscando entender seu progresso.

1.3 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Identificar como são feitas as análises econômica e financeiras;
- Identificar quais são os indicadores para a realização do estudo; e
- Analisar os dados coletados em histórico de demonstrações contábeis.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

As cooperativas de crédito vêm crescendo em um número expressivo ao longo dos últimos anos, números estes que não passam despercebidos. São mais

de 7,8 milhões de pessoas e empresas que se tornaram associadas as cooperativas de crédito, segundo dados do próprio Banco Central. O sistema Sicredi, que teve origens na área agrícola, hoje permeia em todos os setores. Esse movimento fez com que as cooperativas de crédito crescessem 20% ao ano, em média – muito acima dos 11% registrados no avanço de bancos médios ou um pouco mais que os 16% obtidos por grandes bancos.

As quatro maiores instituições cooperativistas de crédito juntas – Sicredi, Unicred, Sicoob e Confesol – representam, em números, o sexto maior banco de varejo brasileiro, de acordo com um estudo realizado pela Roland Berger, consultoria alemã, como apontam os dados da Tabela 1.

TABELA 01 – MARKET SHARE

Market Share das Instituições Financeiras Brasileiras* - base Set/2015								
Instituição Financeira	Ativos Totais	% de	Depósitos	% de	Patrimônio Líquido	% do	Operações de Crédito	% das
		Ativos Totais		Depósitos		Patrimônio Líquido		Operações de Crédito
Banco do Brasil	1.435.285.204	17,20%	464.448.593	21,97%	73.681.814	12,43%	681.184.267	20,18%
Itaú	1.264.095.531	15,15%	341.943.360	16,18%	109.100.446	18,41%	425.715.955	12,61%
Caixa Econômica Federal	1.156.038.883	13,85%	440.652.098	20,85%	27.095.220	4,57%	654.939.496	19,40%
Bradesco	884.768.713	10,60%	205.162.090	9,71%	86.963.398	14,67%	333.368.198	9,88%
Santander	707.530.712	8,48%	145.768.115	6,90%	59.681.863	10,07%	225.454.857	6,68%
Cooperativismo Financeiro **	236.719.500	2,84%	115.032.561	5,44%	32.970.097	5,56%	96.285.944	2,85%
HSBC	179.522.071	2,15%	54.794.153	2,59%	9.594.097	1,62%	59.352.169	1,76%
Safra	144.985.236	1,74%	10.352.474	0,49%	8.717.762	1,47%	47.580.999	1,41%
Citibank	80.634.149	0,97%	14.032.123	0,66%	7.341.159	1,24%	14.040.925	0,42%
Banrisul	64.355.698	0,77%	37.207.114	1,76%	6.113.484	1,03%	29.624.869	0,88%
Total do SFN	8.345.689.624		2.113.868.636		592.661.912		3.375.425.291	

Elaboração: Portal do Cooperativismo Financeiro
Fonte: BACEN – IF.data – posição de set/2015
 * Consideradas apenas as instituições financeiras de varejo (que possuem agências para atendimento aos clientes)
 ** Incluídos os Bancos Cooperativos
 *** Depósitos: não inclusos títulos e valores mobiliários e letras financeiras

FONTE: cooperativismodecredito.coop.br

Visto os números das cooperativas de crédito e eminente expansão de novas unidades impulsionadas pelo crescimento das mesmas, oferecer um serviço de qualidade é imperioso para às cooperativas Centrais. Por este motivo, como justificativa a esse trabalho, busca-se identificar com são feitas as análises para a realização de um bom alinhamento ao planejamento estratégico de cooperativas de crédito, buscando levantar possíveis falhas cometidas nas análises anteriores e propondo melhorias para os futuros levantamentos, com o intuito de manter o crescimento vivenciado na atual conjuntura.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em 4 seções, bem como as referências utilizadas.

Na primeira seção, que trata da Introdução, há a abordagem do tema na área da Contabilidade Gerencial, quanto à análise de estudos de viabilidade econômica financeira em cooperativas de crédito, e a caracterização do problema levantado pela pesquisa. Seguidamente são apresentados os objetivos, geral e específicos. A justificativa do estudo vem logo em seguida, explicando o porquê da importância da pesquisa, pelo fato das cooperativas apresentarem um crescimento além do esperado e além do vivenciado pelos bancos de grande e médio porte. E para encerrar a seção, são apresentadas as Metodologias da Pesquisa e a sua Operacionalização de forma resumida, uma vez que serão mais bem tratadas durante a execução da pesquisa.

Na segunda seção há a Revisão da Literatura, onde é mostrada a importância dos estudos de análise econômicos e são apresentadas as características das cooperativas de crédito, bem como o seu histórico.

Na terceira e quarta seção há a Descrição e Análise dos Dados, que será efetivamente a realização dos trabalhos, levantamento de dados e coleta e tratamento das informações junto ao site da Cooperativa.

Na quarta seção será apresentada a Conclusão da pesquisa e as considerações acerca dos resultados obtidos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO: ORIGEM E DEFINIÇÃO

Modalidade em crescimento no Sistema Financeiro Nacional, o Cooperativismo de Crédito vem ganhando espaço no mercado de Crédito no Brasil e angariando adeptos de diversas áreas da sociedade em função de suas características. Embora o Cooperativismo ainda se encontre em ascensão quando o assunto é crédito, a cooperação, de modo geral, sempre esteve presente na história da humanidade. Desde tempos primitivos, homens valiam-se de aspectos cooperativos no intuito de atingir seus objetivos.

Contudo, conforme ressalta Geriz (2004), o sistema de Cooperativismo como conhecemos hoje surgiu apenas como alternativa viável ao desemprego a à crise econômica decorrentes da Revolução Industrial. O autor destaca, inclusive, que a primeira cooperativa a que se tem registro foi fundada por vinte e sete tecelões e uma tecelã no ano de 1844 em Manchester que se uniram para comprar e consumir produtos de subsistência, contendo características prioritariamente de consumo e intitulada de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

A citada Sociedade, segundo remonta Geriz (2004), foi a criadora dos princípios cooperativistas tomados como base para o cooperativismo na atualidade, princípios estes que passam pela adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica ativa de todos os membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade como um todo.

Por outro lado, no Brasil em 1889, foi criada a pioneira Cooperativa Econômica de Ouro Preto, em Minas Gerais, e depois cooperativas de diversos ramos surgiram em todo o país, com grande influência dos costumes e crenças dos imigrantes europeus e japoneses.

No século 20, as cooperativas de produção rural cresceram e se diversificaram agroindustrialmente, tornando-se modelos de desenvolvimento econômico e social. Em nosso país a constituição da primeira cooperativa de crédito iniciou no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1902, na cidade de Nova Petrópolis, por um padre jesuíta, hoje denominada Sicredi Pioneira/RS do sistema

Cooperativo Sicredi. Porém a estruturação da legislação aconteceu somente no ano de 1964, com a regulamentação das cooperativas de crédito, sendo enquadradas na mesma atividade econômica que os bancos comerciais, conforme estabelece a Lei n. 4.595 (BRASIL, 1964).

As principais leis reguladoras das sociedades cooperativas vieram da Lei 5.764 de 16.12.1971 – que define a Política Nacional de Cooperativismo, e ainda institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, oferecendo outras providências –, e da Resolução nº. 3.859 de 27.05.2010 que altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento das cooperativas de crédito, atualizada pela Resolução nº 4.434 de 05.08.2015.

A resolução 2771 de 30/08/2000, por sua vez, surgiu para normatizar o funcionamento de dois tipos de organização cooperativas, classificando-as em cooperativas de crédito mútuo e cooperativas de crédito rural. Existem diversos tipos de Cooperativas, sendo o Estatuto o documento que rege as condições de associações para novas admissões. Há, na atual conjuntura, as seguintes modalidades:

1. Empregados, servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço de uma ou mais empresas, públicas ou privada: de acordo com o Estatuto, atividades similares, complementares ou correlatas, ou pertencentes à mesma categoria econômica;
2. Profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades: definidas no Estatuto, nesta categoria estão as cooperativas de crédito de médicos, juristas, engenheiros, industriais, etc.;
3. Crédito Rural: atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas;
4. Empreendedores e empresários de pequenos negócios: negócios industriais, comerciais ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural, cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões (limite estabelecido pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral das MPEs);
5. Empresários de qualquer porte: empresas vinculadas direta ou indiretamente a sindicatos ou associações patronais de qualquer nível, em funcionamento no mínimo três anos desde a constituição da cooperativa;
6. Livre admissão de associados ou cooperativas abertas: pessoas físicas quaisquer e quase todas as pessoas jurídicas dentro de sua área de

atuação, exceto àquelas que possam exercer concorrência com a própria cooperativa;

7. Mistas: originadas de fusões, incorporações e continuidade de funcionamento de cooperativas singulares de crédito.

A partir de então, muitas foram as conceituações apresentadas para descrever o Cooperativismo e suas características. Pinheiro (2005) define as cooperativas de crédito como instituições financeiras que têm por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

A organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (2013), por exemplo, conceitua cooperativa como a organização de pessoas baseada em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. A Aliança Cooperativista Internacional – ICA (2013), por sua vez, define cooperativa como "uma associação de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente controlada".

Conforme pode-se concluir das diversas conceituações expostas, as Cooperativas de Crédito surgiram, de modo geral, com a finalidade de proporcionar aos seus associados o acesso mais fácil ao crédito e a moeda, utilizando a troca mútua e a poupança para tanto.

Sua atividade econômica é referida, inclusive, no Artigo 3º da Lei 5.764 de 1971 da seguinte forma: "Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro". Ou seja, as cooperativas são utilizadas como instrumento para que os seus sócios consigam alcançar um melhor resultado nas suas atividades, em especial as econômicas.

O Artigo 4º da Lei n. 5.764/71 já delibera cooperativa como "[...] sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades" pelas seguintes características:

I - Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - Inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - Quorum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Gonçalves (2005, p. 1), ainda complementa dizendo que "as cooperativas de crédito têm também como função promover a desintermediação financeira." Para ele, dentre os diferenciais das cooperativas de crédito, o motivo de a entidade ter taxas de captação de recursos diferenciados, mais baixos que os bancos privados, tendem a atender seus princípios e doutrinas o que vai além de atender a maximização dos lucros.

Para Gonçalves (2005) as cooperativas de crédito ajudam no desenvolvimento das empresas, pessoas físicas e das regiões, levando recursos, taxas e tarifas atraentes para locais onde serviços tradicionais não conseguem atender e, com isso, transformam a realidade financeira de pequenas comunidades.

Complementando o raciocínio, o entendimento de Silva Filho (2002) complementa o até o momento exposto, visto que chama a atenção ao objetivo das Cooperativas em promover, mais do que lucro, o equilíbrio entre o social e a economia, característica que a diferencia das instituições de crédito comuns. Neste sentido, Gonçalves (2005, p. 2) ainda destaca:

As cooperativas de crédito também se diferenciam das demais instituições financeiras pelos seus objetivos e pelo público que pretendem atingir, em relação aos serviços financeiros (conta corrente, depósitos de longo prazo, seguros, créditos), buscando garantir maior cidadania.

Os citados diferenciais em destaque justificam o crescimento exponencial das Cooperativas de Crédito na atualidade, crescimento este que, segundo Menezes (2012, p.1), tem sido significativo frente as demais instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN). No entanto, para melhor atender aos interesses de seus associados e dar continuidade ao crescimento até então identificado pelas estatísticas, as Cooperativas de Crédito necessitam investir seus esforços em busca de eficiência, a qual discorreremos em seguida.

2.3 EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE EM COOPERATIVAS

A definição de eficiência, da qual faz uso a teoria econômica, não diverge muito do conceito utilizado nas demais ciências sociais aplicadas. Tanto na Administração quanto na Economia, a eficiência refere-se não somente à otimização de recursos como à ausência de desperdício. Portanto, a eficiência se dá pela utilização máxima dos recursos existentes para satisfazer as necessidades e os desejos de indivíduos e organizações (Varian, 1992).

Discorrendo especificamente quanto as cooperativas de crédito, a eficiência se encontra associada à capacidade de maximização dos benefícios aos cooperados, materializados em operações de créditos e benefícios líquidos, em contrapartida aos recursos empregados para sua obtenção. Nessa vertente, a eficiência pode ser considerada uma medida da capacidade que agentes ou mecanismos têm de melhor para atingir seus objetivos, de produzir o efeito deles esperado, em função dos recursos disponíveis.

Na literatura econômica, “as medidas de eficiência são normalmente representadas por uma função de fronteiras construídas no sistema de coordenadas,

em que as firmas eficientes se posicionam necessariamente sobre a fronteira, embora, diante da existência de desperdícios, nem todas as firmas sobre a fronteira sejam eficientes” (Ferreira, Gonçalves e Braga, p.4, 2007). No que se refere à ótica da produção, essas firmas conseguem produzir o máximo possível, diante de suas restrições. Assim, conclui-se que uma medida de ineficiência seria a distância em que uma unidade de produção se encontra abaixo da referida fronteira de produção.

Como já exposto, as operações de crédito são representadas principalmente pelos empréstimos, financiamentos e adiantamentos concedidos pela cooperativa aos seus associados. Sendo a simplificação do acesso ao crédito a todas as camadas populacionais uma das principais funções das cooperativas, necessário se torna o controle do volume das mencionadas operações, tendo em vista sua importância dentro as atividades do setor.

Outra questão importante dentro do Sistema de Cooperativas de Crédito é a Sustentabilidade. Sabe-se que as questões de sustentabilidade afetam a criação de valor das organizações, impulsionando a demanda por iniciativas que resultem na geração de valor embasado nas questões sociais e ambientais, além do econômico e financeiro, pois as questões relacionadas ao meio ambiente e ao social têm consequências diretas na reputação da organização, sobre a marca, ou então pela capacidade de atuar no mercado com maior competitividade sustentável (CIRELLI; CASSAI, 2010).

As cooperativas de crédito estão incluídas exatamente no contexto de sustentabilidade, tendo em vista que seu foco em seus associados proporciona desenvolvimento financeiro e econômico destes e das comunidades onde estão inseridas através de práticas sustentáveis, ou seja, promovem o desenvolvimento e crescimento financeiro e econômico sem comprometer os recursos naturais disponíveis e degradar o meio ambiente, se preocupando com as questões ambientais e de bem-estar de todos.

Desta maneira, as cooperativas de crédito precisam de alguma forma buscar um modelo de gestão que contemple a participação de todos os envolvidos, desde associados, colaboradores e a sociedade em geral. Ela precisa divulgar estas informações de cunho social e ambiental, demonstrando assim qual a sua efetiva colaboração para com o meio ambiente e para uma melhor qualidade de vida para todos.

É neste contexto que entra a Contabilidade, muito presente nesta realidade na medida em que auxilia os gestores das organizações e das cooperativas de crédito de um modo geral ao gerar relatórios com informações de cunho social e ambiental, tanto para controle interno como para a divulgação.

2.5 O SISTEMA SICREDI E A COOPERATIVA CAMPOS GERAIS – BREVE HISTÓRICO

O sistema Sicredi teve sua origem no Rio Grande do Sul e espalhou-se pelo oeste brasileiro, avançando pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Atualmente encontra-se presente em 11 estados brasileiros, mas é o Rio Grande do Sul que apresenta em torno de 50% do total de associados do SICREDI.

Conforme o Relatório de Sustentabilidade de 2015, o Sicredi, instituição financeira cooperativa, é referência internacional pelo modelo de atuação em sistema. Possui aproximadamente 3,2 milhões de associados, sendo 90% pessoa física – 70% do meio urbano e 20% do meio rural – e 10% pessoa jurídica. Os quais votam e decidem sobre os rumos da sua cooperativa de crédito. Os colaboradores com papel fundamental na expansão e no crescimento do Sicredi, são aproximadamente 19,1 mil colaboradores, em que 57,97% são mulheres e 42,03% homens.

Em dados proporcionados no site do Sicredi, o sistema atua com 121 cooperativas de crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 1.501 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A., uma Confederação, uma Fundação e um Banco Cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades, juntas, formam o Sicredi e adotam um padrão operacional único. A atuação em sistema permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas de crédito para exercer a atividade em um mercado no qual estão presentes grandes conglomerados financeiros.

Em 11 de janeiro de 1989, 47 sócios fundadores constituíram a Cooperativa de Crédito Rural Campos Gerais, em Ponta Grossa -PR, com sede provisória na Cooperativa Agrícola Campos Gerais. Em 1996 o Sicredi-PR e o Sicredi-RS se uniram no primeiro banco cooperativo privado do país, o Bansicredi. No ano de 1999

a unidade Campos Gerais implantou sua primeira Unidade de Atendimento fora do município sede, essa unidade ficava em Ivaí -PR.

Em 2006 a Sicredi Campos Gerais tinha 10 agências, com nove mil associados, um patrimônio líquido de R\$ 8 milhões e uma provisão na casa dos R\$ 10 milhões. A tarefa inicial, entre 2006 a 2007, foi a de salvar a cooperativa. De 2008 a 2011, iniciou-se a abertura de novas agências na região dos Campos Gerais, além da busca pelas parcerias, como com a Castrolanda e Frísia (então chamada Batavo). Ainda em 2011, através de uma indicação da Central, houve a incorporação da Sicredi Vale do Ribeira, na região de Registro – SP. No ano de 2012 a Sicredi Campos Gerais chegou a Capita do Estado do Paraná, no centro de Curitiba.

Em 2016 completou 27 anos de história. Mas o trabalho realizado nos últimos 10 anos a fez despontar e aparecer entre as maiores cooperativas do Sistema Sicredi, com volume de ativos que a classificam como cooperativa de porte Grande II. Tendo todas as agências com estrutura física e de pessoal capaz de suportar um crescimento organizado, a partir de 2017 inicia-se o período de ampliação da cooperativa, o que significa dizer que a mesma crescerá mais em regiões ainda não exploradas, com a abertura de agências em novas cidades, principalmente na capital, região metropolitana e ainda no Vale do Ribeira.

2.6 INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

A análise dos indicadores fornece uma visão ampla da situação econômico-financeira da entidade, segundo Silva (2007), a análise de indicadores deve ser realizada com números encontrados de uma série histórica, em que são apurados através da relação entre contas e grupos das demonstrações contábeis. Segundo Gitman (2008, p. 42) a análise “não inclui somente o cálculo de determinado índice. Mais importante do que isso é a interpretação do valor desse índice”.

De acordo com Marion (2007, p.15) “Só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio de três pontos fundamentais de análise: Liquidez (situação financeira), rentabilidade (situação econômica) e Endividamento (estrutura de capital).” Assim, a análise financeiro-econômica é uma importa ferramenta para os gestores da cooperativa e os

cooperadores, que são os maiores interessados no bom desenvolvimento econômico da cooperativa.

2.6.1 Indicadores de Liquidez

A utilização deste indicador avalia o equilíbrio financeiro da empresa. Para Gitman (2010), a liquidez de uma empresa é analisada pela capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo. Para Matarazzo(2010) aponta que por meio de índices pode-se verificar a situação financeira da empresa, pois é a partir destes que ocorre o confronto dos ativos circulantes com as dívidas. Os principais indicadores de liquidez são: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca.

a) Liquidez Geral

Demonstra quanto de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1,00 de dívida total. Ao analisar este indicador temos que quanto maior, melhor será sua relação. Para Hoji (2010), esse índice representa a capacidade que a empresa tem em pagar suas dívidas a longo prazo. Sendo assim a liquidez geral irá apontar a capacidade de pagamento das dívidas da cooperativa.

b) Liquidez Corrente

Indica quanto à empresa possui no Ativo Circulante para cada \$1,00 de Passivo Circulante e sua relação será quanto maior melhor. No caso do indicador ficar maior que 1,00 indica a existência de que o capital circulante líquido positivo, se menor que \$1,00, o capital de giro líquido será negativo. Esta razão demonstrará a capacidade de pagamento da empresa dos valores de curto prazo (HOJI, 2010).

c) Liquidez Seca

Indica quanto à empresa possui de Ativo Circulante Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante e sua relação será quanto maior, melhor para a empresa. Representa quanto à empresa possui de Ativo Líquido para cada \$1,00 de Passivo Circulante. Sendo assim, aponta a capacidade de pagamento curto prazo, excluindo-se o valor dos estoques do Ativo Circulante (HOJI, 2010)..

d) Liquidez Imediata

A razão apontada demonstrará qual a porcentagem das dívidas a curto prazo (circulante) com a capacidade de pagamento imediata. Esse quociente é geralmente baixo, visto que a pouco interesse das empresas em manter valores disponíveis em caixa, banco, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade. (MATARAZZO, 2010). Sua relação é quanto maior melhor e mostra quanto há em disponibilidades para quitar suas obrigações de curto prazo.

2.6.2 Indicadores de endividamento

Os Indicadores de Endividamento têm como principal finalidade mostrar o nível de comprometimento do capital próprio de uma empresa em relação ao capital de terceiros. O objetivo é medir a estrutura de obrigações da empresa. Em outras palavras quanto a empresa tem de Capital Próprio para garantir as dívidas contratadas para os giros e de pagamentos.

Para que se tenha ideia do nível mais acertado de endividamento de uma empresa se faz necessário o conhecimento desses índices que mostram o percentual de Capital de Terceiros financiando o Ativo da empresa. Esses indicadores de estrutura são obtidos relacionado os valores de capital próprio e de terceiros em relação ao montante de recursos aplicados.

a) Participação de Capital de Terceiros

Indica quanto do Capital de Terceiros está comprometido em relação ao Patrimônio Líquido. Esse quociente é importante pois indica a dependência da empresa em relação aos recursos que não são próprios, ou seja, de terceiros. O índice é um indicador de risco, e sua relação será quanto maior pior. Este indicador também é chamado Grau de Endividamento (HOJI, 2010).

b) Composição do Endividamento

Indica quanto da dívida total precisa ser pago no curto prazo, sendo assim quanto mais dívidas para liquidar, maior será a urgência em angariar recursos para liquidá-las, ou seja quanto maior o indicador, pior sua relação (HOJI, 2010).

c) Imobilização do Patrimônio Líquido

Indica quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente. Aponta quanto é maior ou menor dependência de recursos de terceiros para administrar o empreendimento. Quanto maior o resultado do índice, pior para a cooperativa (HOJI, 2010).

d) Imobilização de Recursos não Correntes

Indica que percentuais de Recursos Não Corrente a empresa aplicou no Ativo Permanente. O resultado do índice é quanto menor melhor (HOJI, 2010)..

2.6.3 Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade

Os índices de rentabilidade e lucratividade tem como função medir o rendimento adquirido pela empresa em um determinado período de tempo. O conceito de rentabilidade é relacionado a capacidade do investimento em um determinado estoque de produtos gerar lucro, a formula para encontrar o valor correspondente a rentabilidade é:

a) Giro do Ativo

Demonstra o quanto a empresa vendeu em um determinado período de tempo relacionado ao que foi investido em seu Ativo Total. Sua relação será quanto maior melhor (HOJI, 2010).

b) Retorno sobre o Ativo

Também chamado de Rentabilidade do Ativo Total Médio, o retorno sobre o ativo avalia o poder de ganho da empresa. Sua relação é quanto maior melhor, pois será maior a lucratividade gerada pela empresa em relação ao valor do Ativo investido(HOJI, 2010).

c) Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Conhecido como Rentabilidade do Capital Próprio mostra o retorno sobre o investimento realizado. Sua relação é quanto maior melhor pois demonstrará que o capital próprio gerou lucro(HOJI, 2010).

2.6.4 Necessidade de Capital de Giro (NCG)

A Necessidade de Capital de Giro é “não só um conceito fundamental para a análise da empresa do ponto de vista financeiro, ou seja, análise de caixa, mas também de estratégias de financiamento, crescimento e lucratividade”. (MATARAZZO, 2003, p.337).

Ainda para Matarazzo (2003), a Necessidade de Capital de Giro (NCG) é a diferença entre os valores aplicados no ativo circulante operacional e as fontes obtidas do passivo circulante operacional. Portanto, a análise da NCG é importante para avaliar a situação financeira das empresas, visto que ela evidencia o nível de recursos necessários para manter o giro dos negócios as mudanças ocorridas nas atividades dos negócios.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa será um estudo de caso, uma vez que um dos aspectos será analisar os dados coletados das demonstrações contábeis públicas da Cooperativa de Crédito da Central Sicredi PR/SP/RJ – Sicredi Campos Gerais PR/SP – e efetivamente participar na análise econômica e financeira da Cooperativa em comento. Segundo Araújo et al. (2008) o estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação quando busca-se entender ou descrever acontecimentos e contextos, nos quais estão inseridos diversos fatores. Complementando, com Beuren (2010, p. 84 Apud YIN, 2002):

Permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Para operacionalização da metodologia, primeiramente, buscou-se verificar quais Cooperativas apresentavam os perfis procurados. Posteriormente, os instrumentos para coleta de dados foram os relatórios de demonstrações contábeis publicados nos anos 2014 a 2016 pela Cooperativa Sicredi Campos Gerais e disponibilizados no site da cooperativa. Finalizando, foram elaboradas análises das informações levantadas para visualização e compreensão da relação existente entre as variáveis procuradas.

Para análise da eficiência da Cooperativa serão utilizados indicadores econômico, financeiro, não financeiros e de performance.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As análises dos resultados dos indicadores foram feitas com base nos números e dados obtidos através das demonstrações contábeis da cooperativa Campos Gerais no site da mesma, dos anos de 2014, 2015 e 2016 (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado).

4.1 ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS

Os índices de Liquidez, dentre todos os indicadores, são os mais conservadores, pois levam em consideração as contas do Ativo Circulante e eles revelam a situação de crédito da empresa. Representam a facilidade da cooperativa obter liquidez, em casos de necessidade, portanto, estão diretamente ligadas com a solvência, propriamente dita. Temos quatro indicadores de liquidez: Imediata, Corrente, Seca e Geral.

TABELA 02 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA

CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA			
LIQUIDEZ IMEDIATA = DISPONIBILIDADES / PASSIVO CIRCULANTE			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
DISPONIBILIDADES (MILHARES DE REAIS)	9.330	10.178	16.111
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
INDICADOR	0,03	0,03	0,03

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 03 – RELAÇÃO ENTRE LIQUIDEZ CORRENTE E CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Se:	Significa:
Liquidez Corrente > 1	Capital Circulante Líquido Positivo
Liquidez Corrente = 1	Capital Circulante Líquido Nulo
Liquidez Corrente < 1	Capital Circulante Líquido Negativo

Fonte: ASSAF NETO (2010)

TABELA 04 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE			
ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	556.533	732.331	1.084.710
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
INDICADOR	1,99	2,16	2,32

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 05 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA

CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA			
(ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUE) / PASSIVO CIRCULANTE			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	556.533	732.331	1.084.710
ESTOQUE (MILHARES DE REAIS)	-	-	-
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
INDICADOR	1,99	2,16	2,32

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 06 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

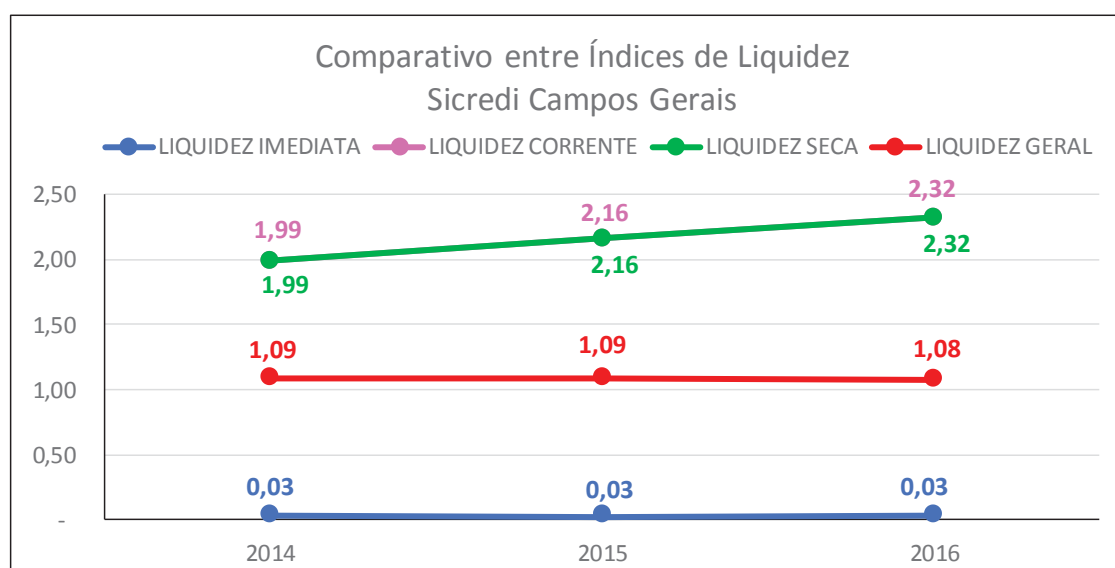
CÁLCULO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL			
LIQUIDEZ GERAL = (AC + ARLP)/(PC + PNC)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
ATIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	556.533	732.331	1.084.710
AT. REALIZÁVEL LONGO PRAZO (MILHARES REAIS)	62.640	58.090	69.542
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	289.213	388.213	606.445
INDICADOR	1,09	1,09	1,08

Fonte: dados da pesquisa.

Faz-se necessário analisar os índices de liquidez conjuntamente, para que sua percepção não tenha distorções resultando numa análise inapropriada, pois cada indicador apresenta característica particular.

No gráfico 01, colocam-se quatro indicadores de liquidez e pode-se observar o bom desempenho financeiro da cooperativa, pois mantém sua Liquidez Geral nos anos analisados. Sua Liquidez Corrente permaneceu estável e proporcional entre os anos. A liquidez imediata indica que a entidade, por se tratar de instituição financeira e não ter produto em estoques, tem recursos administrados e sendo vendidos e não há disponibilidades imediatas para obter liquidez imediata. Por ter como produto vendido, o dinheiro em si, indicar liquidez imediata baixa apenas aponta a solidificação das ações empreitadas pela cooperativa.

GRÁFICO 01 – GRÁFICO PARA ANÁLISE GERAL DA LIQUIDEZ



Fonte: dados da pesquisa.

Entende-se por Capital de Terceiros todos os recursos administrados pela empresa que são externos e financiam suas atividades. No caso de cooperativas de crédito e instituições financeiras, entram nesse montante os recursos captados dos clientes ou cooperados e associados, no caso de cooperativas.

TABELA 07 – CÁLCULO DE PARTICIPAÇÃO CAPITAL DE TERCEIROS

CÁLCULO DE PARTICIPAÇÃO CAPITAL DE TERCEIROS			
(PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (MILHARES DE REAIS)	289.213	388.213	606.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	81.503	109.641	146.654
INDICADOR	6,98	6,63	7,32

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 08 – CÁLCULO DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

CÁLCULO DE COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO			
(PASSIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
PASSIVO CIRCULANTE (MILHARES DE REAIS)	280.004	339.058	467.162
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (MILHARES DE REAIS)	289.213	388.213	606.445
INDICADOR	0,49	0,47	0,44

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 09 – CÁLCULO DE IMOBILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CÁLCULO DE IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(ATIVO PERMANENTE / PATRIMÔNIO LÍQUIDO)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
ATIVO PERMANENTE (MILHARES DE REAIS)	31.547	46.491	66.009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	81.503	109.641	146.654
INDICADOR	0,39	0,42	0,45

Fonte: dados da pesquisa.

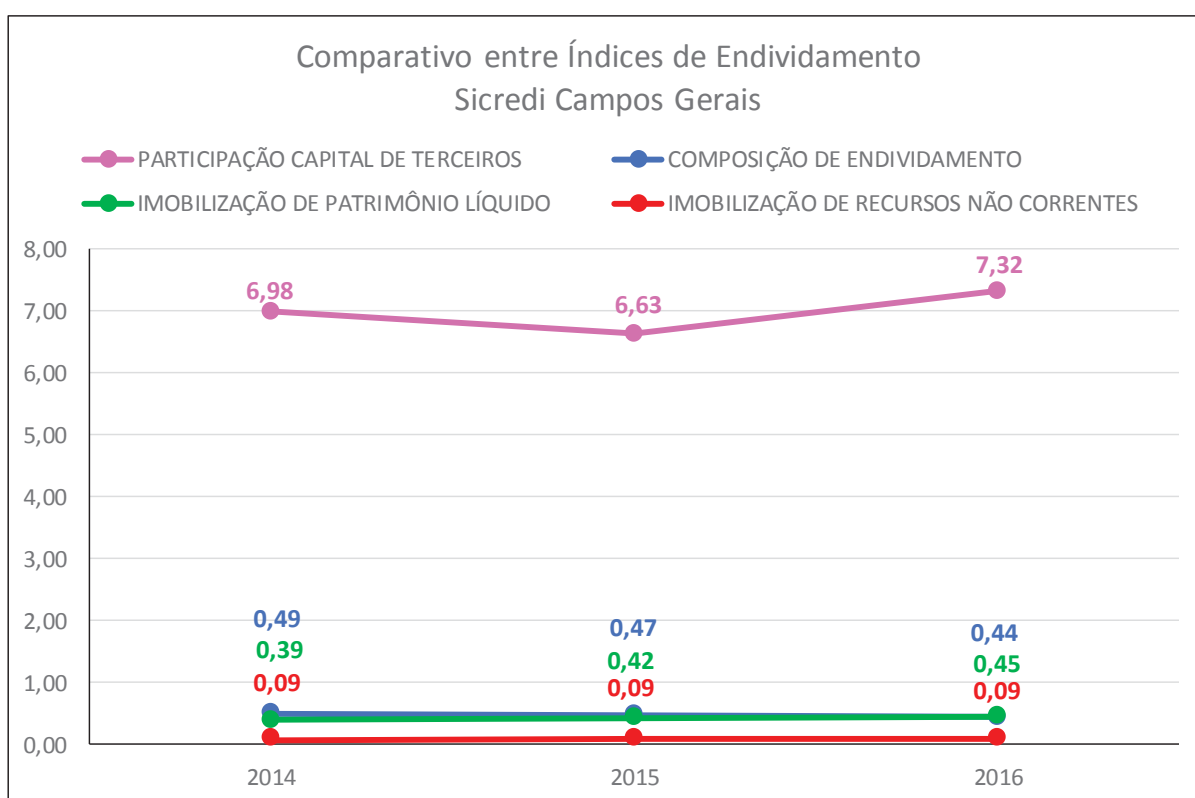
TABELA 10 – CÁLCULO IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

CÁLCULO DE IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES			
(ATIVO PERMANENTE / PATRIMÔNIO LÍQUIDO + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
ATIVO PERMANENTE (MILHARES DE REAIS)	31.547	46.491	66.009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	81.503	109.641	146.654
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (MILHARES DE REAIS)	289.213	388.213	606.445
INDICADOR	0,09	0,09	0,09

Fonte: dados da pesquisa.

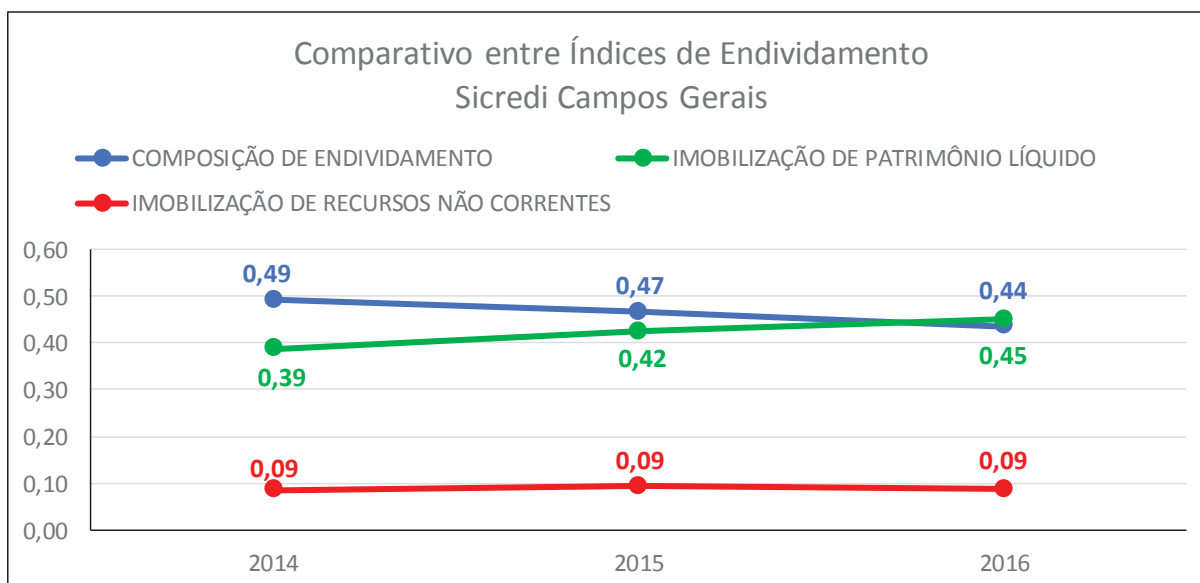
No Gráfico 02 com os Índices de Endividamento observa-se um alto Grau de Endividamento em relação aos demais índices, pois como dito anteriormente, cooperativas de crédito operam com grande captação de recursos juntos aos seus associados, recursos estes que são seu principal produto comercializado, em ofertas de concessão de crédito e demais produtos financeiros. Entretanto ao analisar os demais indicadores, observa-se que a composição do endividamento manteve estável, bem como a Imobilização do Patrimônio Líquido e dos Recursos não Correntes.

GRÁFICO 02 – GRÁFICO GERAL DO ENDIVIDAMENTO



Fonte: dados da pesquisa.

GRÁFICO 03 – GRÁFICO GERAL DO ENDIVIDAMENTO.



Fonte: dados da pesquisa.

Os indicadores de Rentabilidade e Lucratividade estão entre os mais importantes para uma empresa, pois através deles poderá se afirmar se o negócio é lucrativo, e se a lucratividade está abaixo da expectativa gerada pelo planejamento estratégico da empresa. Já a Rentabilidade medirá o potencial da empresa em recuperar os investimentos aplicados nela e sua capacidade de superar estes investimentos.

A cooperativa apresentou bons indicadores, pois houve um aumento significativo na rentabilidade, de 43,7% para 76,0%, de 2014 para 2016, um aumento de 33 pontos percentuais. Isso significa que para R\$ 100,00 investidos na entidade, houve um retorno de R\$ 76,00. A lucratividade também foi favorável, pois para cada R\$ 100,00, obteve-se aproximadamente R\$ 5,00 de lucro líquido, ou seja, após todas as atividades terem sido pagas, bem como todos os impostos e tributos, houve um saldo positivo de R\$ 5,00.

TABELA 11 – CÁLCULO DO ÍNDICE DE RENTABILIDADE

CÁLCULO DE RENTABILIDADE			
(LUCRO LÍQUIDO / INVESTIMENTO) X 100			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
LUCRO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	5.802	8.453	10.982
INVESTIMENTO (MILHARES DE REAIS)	13.274	14.455	14.455
INDICADOR	43,7%	58,5%	76,0%

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 12 – CÁLCULO DE LUCRATIVIDADE

CÁLCULO DE LUCRATIVIDADE			
(LUCRO LÍQUIDO / RECEITA TOTAL) X 100			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
LUCRO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	5.802	8.453	10.982
RECEITA TOTAL (MILHARES DE REAIS)	112.532	167.451	211.591
INDICADOR	5,2%	5,0%	5,2%

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 13 – CÁLCULO DE GIRO DE ATIVO

CÁLCULO DE GIRO DE ATIVO			
(RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA / ATIVO TOTAL MÉDIO)			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (MILHARES DE REAIS)	19.303	25.891	34.124
ATIVO TOTAL MÉDIO (MILHARES DE REAIS)	573.100	743.816	1.028.587
INDICADOR	3,37%	3,48%	3,32%

Fonte: dados da pesquisa.

TABELA 14 – CÁLCULO DE RETORNO SOBRE VENDA OU MARGEM LÍQUIDA

CÁLCULO DE RETORNO SOBRE VENDA / MARGEM LÍQUIDA			
(LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / RECEITA LÍQUIDA VENDAS) X 100			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (MILHARES DE REAIS)	5.802	8.453	10.982
RECEITA LÍQUIDA VENDAS (MILHARES DE REAIS)	19.303	25.891	34.124
INDICADOR	30,1%	32,6%	32,2%

Fonte: dados da pesquisa.

O índice do Retorno sobre o Ativo (ROA – do inglês *Return on Assets*) pode ser chamado também de taxa média de retorno sobre o investimento total e avalia o poder de ganho que a entidade demonstra, ou seja, quanto se ganha para cada R\$ 100,00 investidos nela.

Ele representa a capacidade de uma empresa em gerar lucro com os ativos que possui, o quanto ela é rentável em relação aos seus ativos totais. Seu conhecimento é de extrema importância para avaliar a gestão do capital de giro, para aferir a eficiência dos ativos em gerar receitas, relacionar o ROA com a Alavancagem Financeira, isto porque, entende-se o montante de lucro que a entidade tem sobre os seus ativos, logo, o seu grau de alavancagem financeira. Se a empresa busca aumentar expandir suas instalações e para tanto recorre à empréstimos, ou no caso de instituições financeiras, aumentando suas captações, obviamente, aumentam seus passivos e conseqüentemente seus ativos, sem necessitar de investimento extra no patrimônio líquido. Desta forma, observa-se que para “alavancar” suas atividades e aumentar suas atividades para gerar mais receitas, aumenta-se seus ativos através do aumento do capital de terceiros. Para que o movimento seja favorável à empresa, faz-se necessário o aumento considerável do lucro, para que seja observado o retorno sobre o investimento.

TABELA 15 – CÁLCULO DO RETORNO SOBRE O ATIVO (ROA)

CÁLCULO DE RETORNO SOBRE O ATIVO (ROA)			
(LUCRO LÍQUIDO / ATIVO TOTAL MÉDIO) X 100			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
LUCRO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	5.802	8.453	10.982
ATIVO TOTAL MÉDIO (MILHARES DE REAIS)	573.100	743.816	1.028.587
INDICADOR	1,01%	1,14%	1,07%

Fonte: dados da pesquisa.

A cooperativa apresenta baixo índice de Retorno sobre o Ativo, ou seja, apresenta altíssima Alavancagem Financeira. Faz-se necessário compreender que a cooperativa de crédito, por se tratar de uma instituição financeira, opera através de captação de recursos financeiros. Esta operação aumenta seus passivos, e

consequentemente aumenta seus ativos. Com alto ativo total, devido ao volume das captações, é plausível que seus índices de ROA sejam relativamente baixos.

Assim, observa-se que a entidade opera com ROA girando em volta de 1,0% ao longo dos anos, ou seja, para cada R\$ 100,00 em ativos, as cooperativas obtiveram R\$ 1,00 de lucro líquido no período.

O Índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – do inglês *Return on Equity*) é uma medida percentual que expressa o resultado financeiro dos recursos próprios. Intuitivamente é um dos indicadores mais importantes para os gestores e stakeholders, pois demonstra efetivamente quanto estes estão ganhando através de seus investimentos.

TABELA 16 – CÁLCULO DO RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)

CÁLCULO DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)			
(LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO) X 100			
SICREDI CAMPOS GERAIS	2014	2015	2016
LUCRO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	5.802	8.453	10.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MILHARES DE REAIS)	81.503	109.641	146.654
INDICADOR	7,12%	7,71%	7,49%

Fonte: dados da pesquisa.

Através da Tabela de Cálculo 24 atesta-se que na Sicredi Campos Gerais o ROE esta excelente, pois para R\$ 100,00 de capital próprio investidos na cooperativa, os proprietários obtiveram em 2014 um lucro de R\$ 7,12, em 2015 aumentando para R\$ 7,71, culminando em 2016 em R\$ 7,49.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho está sendo de grande valia para constatarmos que os indicadores e análise econômica ajudam a enxergar a situação de uma empresa, em nosso caso uma cooperativa de crédito, que atua como uma instituição financeira, e alinhar as premissas da mesma com o planejamento estratégico previamente elaborado. Os números apresentados nas demonstrações financeiras por si só não dizem muito e podem enganar alguns dos mais experientes analistas.

O auxílio dos indicadores é de grande valia para stakeholders e investidores em geral, bem como para o posicionamento das cooperativas no ambiente externo para sua expansão e manutenção dos interesses de seus principais, os cooperados ou associados.

É preciso atentar também quanto aos indicadores de desempenho e às análises de desempenho financeiro e não financeiro, e assim considerar os indicadores econômicos na hora de investir na abertura de novas unidades. Quanto aos investidores, denominados cooperados, faz-se muito importante para alinhar investimentos e perpetuar suas participações nas cooperativas, uma vez que são considerados os donos efetivos do negócio, obtendo retorno sobre suas aplicações e sobre o lucro obtido findo o ano fiscal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson Braga de; MARTINS, Gilberto de Andrade. **A teoria das estruturas organizacionais de Mintzberg e a gestão estratégica de custos: um estudo nas ONGs paulistas**. Rev. contab. Financeira. São Paulo, v. 17, n. spe, p. 51-64, Aug. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000400005&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Nov. 2016.

ASSAF, A. N. **Curso de administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). **Política monetária e operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional**. Recuperado em 18 setembro, 2016, de <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>.

BRAGA, R. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 1989, 408 p.

BRASIL. Lei n. 4.595 de 31 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 04 nov. 2016.

BÚRIGO, F. L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 312-349, dez. 2006a.

BRITO, G. A. S.; ASSAF NETO, A. Modelo de classificação de risco de crédito de empresas. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 18-29, jan./abr. 2008.

BRUNI, Adriano L.; RUBENS, Famá. **As decisões de investimentos** - Com aplicações na HP12C e Excel. São Paulo: Atlas, 2003.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITCKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**. 10. ed. SÃO PAULO: Atlas, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006

CECATTO, Cristiano. **O Importante não é Apagar Incêndios, O Importante é Planejar**, (2005). Disponível

em:<<http://www.supplychainonline.com.br/modules.php?name=News&file=article&sid=148>> acessado em 19/11/2016

CIRELLI, Giuliano Alvez; KASSAI, Jose Roberto. **Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso**. Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. USP, 2010. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/an_resumo.asp?con=1&cod_trabalho=497&titulo=An%20de%20percep%20sobre%20sustentabilidade%20por%20parte%20de%20stakeholders%20de%20uma%20instituicao%20financeira>. Acesso em 05 de novembro de 2016.

DAL ZOT, W. 2006. **Matemática Financeira**. 4. ed. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Editora UFRGS, 2006.

FERREIRA, M.; GONÇALVES, R.; BRAGA, M. **Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da análise envoltória de dados (DEA)**. Economia Aplicada, v. 11, n. 3, p. 425-445, 2007

FERREIRA, C. F. **Estrutura, concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo**. 2005. 138 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, SP, 2005.

FUNDAÇÃO SICREDI. **A Trajetória da Sicredi**. Cartilha Institucional. Porto Alegre: Fundação Sicredi, 2010.

GERIZ, S. D. (2004). **As Cooperativas de crédito no arcabouço institucional do sistema financeiro nacional**. *Prima Facie-Direito, História e Política*, (4), 82-110.

GONÇALVES, R. M. L. **Condicionantes do risco de liquidez em cooperativas de economia e crédito mútuo do estado de Minas Gerais**. 2005. 118f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

KONZEN, O. G.; KRAUSE, L. E. **Solidez e dificuldades financeiras no cooperativismo agropecuário gaúcho: o que nos diz uma análise da contabilidade?** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2002, Passo Fundo. Equidade e eficiência na agricultura brasileira. Passo Fundo: SOBER, 2002. 1 CD.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUHNEN, O.L; BAUER, U.R. **Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEI n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (1971). **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Poder Executivo.

LIMA, G. F. C. **O debate da Sustentabilidade na Sociedade Insustentável**. Revista Eletrônica, Política e Trabalho, p. 201-201, setembro 1997. Disponível em: <http://www.reocities.com/CollegePark/Library/8429/13-lima.html> Acesso em 05 de novembro de 2016.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.502 p.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços / Abordagem Básica e Gerencial**, São Paulo: Atlas S.A, 7ª Edição 2010

MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida

MEYER, Paul A.; PIFER, Howard W. **Prediction of bank failures**. The Journal of Finance, v. 25, n. 4, p. 853-868, set. 1970.

MENDES, Osmar; RAISER, Gilberto. **Planejamento estratégico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.3, n.4, p.230-240, Sem II 2009. Temática TCC. ISSN 1980-7031

MENEZES, JOSÉ SALVINO DE. **Cooperativismo de crédito: o futuro para a economia sustentável**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.com.br/news/2012/10/cooperativismo-de-credito-o-futuropara-a-economia-sustentavel-por-jose-salvino-de-menezes>> Acesso em: 01out 16

MIRANDA, Gilberto José; REIS, Ernando Antonio dos. **Indicadores financeiros e não financeiros de longo prazo: um estudo em empresas atacadistas e distribuidoras brasileiras**. Florianópolis, 2005.

MOTA, A., CUSTÓDIO, C. **Finanças da Empresa - Manual de Informação, Análise e Decisão Financeira para Executivos**. 4. ed. Lisboa: Bnomics, 2008.

MULINARI, M.; RITTERBUCH, D. de S. **Perfil dos colaboradores das cooperativas de crédito frente à essência do cooperativismo**. Revista de Administração, 2013.

NASCIMENTO, S., KROENKE, A., & BEUREN, I. M. **Indicadores de desempenho: abordados em artigos de periódicos do Qualis Capes**. FACEF Pesquisa, 2010.

OCB, **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Anuário do cooperativismo brasileiro. Brasília: OCB, 2002, 210 p

OLIVEIRA, D.P.R de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PINHEIRO, Marcos A. H. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 4. ed. Brasília: BCP, 2006.

PINHEIRO, Marcos A. H. **Cooperativas de crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: BACEN, 2008.

RICHARDSON, D. C. **Pearls monitoring system. Toolkit series**, n. 4, Madison: World Council of Credit Unions, Out. 2002. Disponível em: <https://www.woccu.org/pdf/pearls.pdf> . Acesso em: 9 out. 2016.

ROSSI, R. M. **Análise de desempenho das organizações: um ensaio teórico**. Goiânia: Anais do Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2014.

SAMANEZ, C. E. **Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos**. São Paulo, 2002.

SAMANEZ, C.P. **Engenharia Econômica**. São Paulo, 2009.

SANTOS, A. **Gestão Estratégica - Conceitos, modelos e instrumentos**. Lisboa: Escolar Editora, 2008.

SANTOS, K. F.; CARMONA, C. U. M.; LEISMANN, E. L. **Gerenciamento do risco de crédito em micro e pequenas empresas: recortes teórico-empíricos**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, SP, v. 3, n. 3, p. 83-95, 2010.

SICREDI. Sobre o Sicredi. 2016. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o-sicredi/quem-somos/>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SILVA FILHO, G. T. **Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito: uma aplicação do modelo de gestão econômica - GECON**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, MG, v. 1, n. 4, p. 266-282, 2002.

SILVA, E. S. **A eficiência econômica e social em cooperativas do setor pecuário em Pernambuco**. Custos e @ gronegocio on line, Recife, PE, v. 1, n. 2, p. 25-44, 2005.

STEFANES. - **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2002.

SUSTENTABILIDADE, Relatório de. Sistema Sicredi. 2015. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/html/conheca-o->

sicredi/relatorios/arquivos/sicredi_relatorio_de_sustentabilidade_2015.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

TREASY BLOG. Key Performance Indicators. Disponível em:
<https://www.treasy.com.br/blog/key-performance-indicators-kpi>

VARIAN, H. R. **Microeconomic analysis**. New York: W.W. Norton, 1992. 506 p.

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de. **Afinal, o que é planejamento estratégico?**. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 18, n. 2, p. 07-14, June 1978 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901978000200002&lng=en&nrm=iso>. Access on 19 Nov. 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S003475901978000200002>>.